

Centrais Elétricas
da Paraíba S.A. -
EPASA

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA
João Pessoa – PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 15 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	165.040	104.598	Fornecedores	16	26.192	7.274
Consumidores, concessionárias e permissionárias	9	149.197	114.297	Empréstimos e financiamentos	17	16.452	35.583
Tributos a compensar	10	30.477	15.430	Taxas e contribuições	18	1.657	1.474
Ativo fiscal corrente	11	-	2.308	Passivo fiscal corrente	11	2.231	-
Estoques	12	63.712	51.524	Obrigações com pessoal		1.554	1.393
Outros créditos	13	41.283	54.074	Outras contas a pagar	20	30.887	37.498
Total do ativo circulante		449.709	342.231	Total do passivo circulante		78.973	83.222
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	19	14	23	Empréstimos e financiamentos	17	26.603	80.750
Outros créditos	13	3.235	16.461	Débitos fiscais diferidos	21	94.857	113.015
Imobilizado	14	268.882	355.637	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	800	819
Intangível	15	7.407	9.955	Outras contas a pagar	20	220	220
Total do ativo não circulante		279.538	382.076	Total do passivo não circulante		122.480	194.804
				Patrimônio líquido	22		
				Capital social		221.413	221.413
				Reservas de lucros		306.381	224.868
				Total do patrimônio líquido		527.794	446.281
Total do ativo		729.247	724.307	Total do passivo e patrimônio líquido		729.247	724.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	23	1.370.875	405.674
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo de operação	25	(1.163.741)	(250.824)
Custo com energia elétrica	24	<u>(38.709)</u>	<u>(31.335)</u>
Lucro bruto		168.425	123.515
Despesas operacionais			
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável do contas a receber	25	33	(62)
Despesas gerais e administrativas	25	(12.889)	(11.839)
Outras (despesas) receitas operacionais	25	<u>(558)</u>	<u>(139)</u>
Lucro operacional		155.011	111.475
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	26	3.448	7.068
Despesas financeiras	26	<u>(6.073)</u>	<u>(10.761)</u>
Resultado financeiro		(2.625)	(3.693)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		152.386	107.782
Imposto de renda	21	(5.864)	(10.650)
Contribuição social	21	<u>(12.757)</u>	<u>(11.605)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social		<u>(18.621)</u>	<u>(22.255)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>133.765</u>	<u>85.527</u>
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas (Em Reais)		<u>0,47</u>	<u>0,30</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	133.765	85.527
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>133.765</u>	<u>85.527</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		221.413	37.185	151.528	45.868	-	455.994
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	22	-	-	-	(45.868)	-	(45.868)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	85.527	85.527
<i>Destinação do lucro:</i>							
Constituição de reserva legal	22	-	4.276	-	-	(4.276)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	22	-	-	20.675	-	(20.675)	-
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,173 por ação) e pagos	22	-	-	-	-	(49.372)	(49.372)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais futuro	22	-	-	-	11.204	(11.204)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		221.413	41.461	172.203	11.204	-	446.281
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	22	-	-	-	(11.204)	-	(11.204)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	133.765	133.765
<i>Destinação do lucro:</i>							
Constituição de reserva legal	22	-	2.820	-	-	(2.820)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	22	-	-	28.304	-	(28.304)	-
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,145 por ação) e pagos	22	-	-	-	-	(41.048)	(41.048)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	22	-	-	-	61.593	(61.593)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		221.413	44.281	200.507	61.593	-	527.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Lucro antes dos tributos		152.386	107.782
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciação e amortização	14 e 15	90.615	90.400
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	(19)	543
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	9	(33)	62
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	17	4.588	10.527
		247.537	209.314
Variações nos ativos operacionais:			
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(34.867)	(31.853)
Impostos correntes		(34.817)	-
Tributos a compensar		(15.047)	14.112
Depósitos judiciais		9	248
Estoques		(12.188)	(1.732)
Outros créditos		13.151	(26.985)
Variações nos passivos operacionais:			
Fornecedores		18.918	(6.174)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	-	(923)
Outros tributos e contribuições sociais		48.869	6.555
Débito fiscal diferido		(18.158)	-
Outros passivos operacionais		(6.475)	2.278
		206.932	164.840
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.951)	(5.516)
Encargos de dívidas pagos	17	(4.384)	(10.345)
		174.597	148.979
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado e intangível	14 e 15	(1.458)	(1.512)
Alienação de imobilizado e intangível	14 e 15	171	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados		12.866	(8.407)
		11.579	(9.919)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos			
Atividades de financiamentos			
Amortização de principal de empréstimos	17	(73.482)	(35.352)
Dividendos pagos		(52.252)	(95.240)
		(125.734)	(130.592)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamentos			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		60.442	8.468
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		104.598	96.130
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		165.040	104.598
		60.442	8.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
1 - Receita	1.530.721	459.479
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.526.961	452.658
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	3.727	6.883
1.3 Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	33	(62)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.125.071)	(197.191)
2.1 Custo com energia elétrica	(42.655)	(34.529)
2.2 Material	(1.040.990)	(145.754)
2.3 Serviços de terceiros	(15.331)	(10.451)
2.4 Outros	(26.095)	(6.457)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	405.649	262.288
4 - Retenções	(90.615)	(90.400)
4.1 Depreciação e amortização	(90.615)	(90.400)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	315.034	171.888
6 - Valor adicionado recebido em transferência	3.616	7.068
6.1 Receitas financeiras	3.616	7.068
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	318.651	178.956
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	17.798	16.804
8.1.1 Remuneração direta	11.941	11.167
8.1.2 Benefícios	4.569	4.664
8.1.3 FGTS	1.288	973
8.2 Impostos, taxas e contribuições	161.141	65.949
8.2.1 Federais	161.055	65.870
8.2.2 Estaduais	-	-
8.2.3 Municipais	87	79
8.3 Remuneração de capital de terceiros	5.947	10.676
8.3.1 Juros	5.882	10.613
8.3.2 Aluguéis	65	63
8.4 Remuneração de capital próprio	133.765	85.527
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	98.773	60.576
8.4.2 Lucros retidos	34.992	24.951
	318.651	178.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade específica de desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoeletricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, que em conjunto são denominadas (“UTES”), ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada prevista de 170,80 MWh cada. As UTEs receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica através das Portarias do MME nº 340, de 6 de dezembro de 2007, e nº 347, de 11 de dezembro de 2007, para a UTE Termoparaíba e a UTE Termonordeste, respectivamente. Não estão previstas as renovações ou prorrogações das autorizações, bem como indenização dos investimentos realizados, assegurando-se o direito de remoção das instalações realizadas no final do período. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparaíba.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Projetada s/n, Engenheiro Triunfo, Estrada do Aterro Sanitário Km 01, Distrito Industrial, CEP 58000-000, cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, esse custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada.

Há dois tipos de receita nas UTEs:

- **Receita fixa:** que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- **Receita variável:** refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU: que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

No exercício de 2021 a sociedade teve um aumento significativo em sua receita e custo operacional. O principal fator para variação foi o despacho médio de 46% da capacidade instalada em 2021 (8% em 2020), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Impactos decorrente do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

As receitas do segmento operacional da EPASA estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoelétrica bem como ao valor da CVU. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID-19.

De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14 - Imobilizado** - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 19 - Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis** - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 21 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos** - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 29 - Instrumentos financeiros** - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de outras novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, motivo pelo qual não estão sendo divulgadas nessas notas explicativas.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na **Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros**.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

7.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica.

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável, pela venda de energia elétrica, é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

7.2 Subvenções governamentais (Lucro da exploração)

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Em 2015, a Companhia passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de empresas localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da Companhia. Para maiores detalhes, ver **nota explicativa 22 - Patrimônio Líquido**.

7.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

7.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.5 Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

7.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, e nos exercícios anteriores utilizou-se o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel. No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbitos regulatórios foram pautadas por temas como desconstrução antecipada das UTEs à óleo e renovações de térmicas à Gás Natural.

Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização. A Administração levou em consideração as mudanças ocorridas no cenário econômico e de mercado como fatores determinante de mudança para o exercício, e efetuou a mudança prospectivamente para as demonstrações financeiras.

A depreciação é reconhecida no resultado.

Nos exercícios anteriores as vidas úteis dos itens do imobilizado em construção eram determinadas à medida que a construção fosse finalizada e o início das operações seja definido, com a mudanças das premissas de depreciação, todos os Ativos passaram a ter vida útil limitada a 15 anos, com término ao final de 2024.

Edificações	20 – 30 anos
Máquinas e equipamentos	20 – 30 anos
Veículos	5 – 7 anos
Móveis e utensílios	10 – 15 anos

7.7 Intangível

Reconhecimento e mensuração

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e *softwares*. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustadas caso seja apropriado. O prazos estimados de amortização do intangível estão entre 5 e 10 anos.

7.8 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

7.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

7.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

O CPC 47 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

A Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas, em virtude de não ter histórico de perdas efetivas com clientes.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

7.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

7.12 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Como arrendatário

No início de um contrato a Companhia avalia se o contrato contém um arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo de arrendamento, ou se o custo de ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxa de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multa por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.
- O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção e compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.
- Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

- Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

7.13 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de “reserva para proposta de dividendos propostos”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediário apurado através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários na data-base de 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

7.14 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional, requerido como parte das demonstrações financeiras de companhias abertas.

7.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06 (R2));
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos e contas correntes	1.044	288
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo (a)	18	18
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	<u>163.977</u>	<u>104.292</u>
	<u>165.040</u>	<u>104.598</u>

- (a) **Aplicações financeiras de curtíssimo prazo** - são remuneradas diariamente através de uma aplicação investimento automático de liquidez diária com rentabilidade de aproximadamente 5% do CDI (5% do CDI em 2020).
- (b) **Aplicações financeiras de curto prazo** - São remuneradas diariamente através de uma aplicação em operações com Certificado de Depósito Bancário – CDB, com rentabilidade entre 85% e 101% do CDI (entre 85% e 101% do CDI em 2020), com prazo de resgate em até 60 dias. O aumento do saldo das aplicações financeiras de curto prazo se deve, dentre outros fatores, à grande produção no último quadrimestre de 2021 e, consequentemente, maior entrada de caixa. Os valores possuem natureza de reserva de caixa e não de investimento financeiro.

9 Consumidores, concessionárias e permissionárias

	2021	2020
Operações realizadas na CCEE (a)	994	5.060
Concessionárias e permissionárias – Partes relacionadas (b)	26.415	21.202
Concessionárias e permissionárias (b)	121.941	88.967
Perda esperada de liquidação duvidosa (c)	149.351	115.229
	(153)	(932)
	149.197	114.297

A Companhia possui cronograma de recebimento de 45 dias, dessa forma não possui títulos vencidos não considerados nas perdas esperadas.

- (a) **Operações realizadas na CCEE** - Corresponde a operações realizadas no curto prazo nas seguintes configurações:
- Revenda da compra de energia no mercado Spot para repor garantia de disponibilidade prevista em contrato de concessão;
 - Operação em modo de inflexibilidade também prevista no contrato de concessão;
 - Despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa disposta na Resolução Normativa ANEEL 822/2018.
- (b) **Concessionárias e permissionárias** - Referem-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a concessionárias e permissionárias, transações efetuadas, principalmente com Companhias fora do Grupo CPFL Energia.
- (c) A perda esperada considera estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas com clientes contratuais, e as perdas com clientes não contratuais já estão reconhecidas.

Movimentação na provisão para perda ao valor recuperável

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(932)	(870)
Reversão	33	-
Adição	-	(62)
Baixas	746	-
Saldo final do exercício	(153)	(932)

10 Tributos a compensar

	2021	2020
Programa de integração social - PIS (a)	2.976	2.492
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (a)	3.082	4.961
Créditos de ICMS - Aquisição de combustível (b)	20.067	4.302
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	4.352	3.675
	30.477	15.430

- (a) **PIS/COFINS a compensar** - Estão relacionados à créditos das contribuições sociais do PIS/PASEP e da COFINS. A expectativa da Administração é de que sejam integralmente realizados ao longo do exercício de 2022, considerando que parte dos créditos levantados foram realizados ainda no exercício de 2021;

- (b) **Créditos de ICMS - Aquisição de combustível** - Refere-se ao crédito de ICMS oriundo da diferença de alíquotas na saída do Combustível da Petrobras, o qual é substituto tributário e emite nota fiscal com alíquota interna integral de 18% (dezoito por cento), sem observar o Regime Especial de Tributação do imposto na entrada da mercadoria no Estado da Paraíba. A Companhia vem alternativamente requerendo a restituição da parte incentivada de 10% (dez por cento) do ICMS por substituição tributária, cujos créditos obtidos são registrados somente após a homologação na Secretaria da Fazenda (SEFAZ) da Paraíba e são compensados com o fornecedor.

11 Impostos fiscais correntes

	2021	2020
Ativo		
Imposto de renda - IRPJ	11.737	5.238
Contribuição social - CSLL	13.973	4.277
	25.710	9.514
Passivo		
Imposto de renda - IRPJ	(13.130)	-
Contribuição social - CSLL	(14.811)	(7.206)
	(27.941)	(7.206)
	(2.231)	2.308

Os valores são referentes a pagamentos de IR e CSLL antecipados em 2021, ou retidos da Companhia em exercícios anteriores que foram utilizados para compensação de outros impostos através de PER/DCOMP, mas que serão compensados em 2022.

No exercício de 2021 houve maior geração que em comparação a 2020, esgotamento do prejuízo fiscal e o início da adição da depreciação acelerada nas apurações do IRPJ e CSLL, tais fatores fizeram com o valor dos impostos a serem recolhidos fossem majorados no atual exercício.

12 Estoques

	2021	2020
Insumos para produção de energia	48.798	25.770
Peças e materiais de manutenção periódica	14.914	16.545
Outros (a)	-	9.208
	63.712	51.524

Os estoques da Companhia são representados, em sua maioria, pelos insumos utilizados na produção de energia (óleo lubrificante, diesel e OCB1). Os demais referem-se às peças utilizadas para a manutenção periódica e preventiva de suas máquinas e equipamentos, além de matéria prima.

A administração não identificou fatores de obsolescência sobre os estoques.

- (a) Nesta rubrica eram contabilizados os gastos atrelados aos processos de importação de materiais. No exercício de 2021 foi feita análise sobre o montante e foi identificado que os materiais atrelados aos gastos registrados foram utilizados e por isso foram baixados dentro do exercício corrente.

13 Outros créditos

	Circulante		Não circulante	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamentos – fornecedores (a)	12.488	24.332	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados (b)	3.595	-	-	16.461
Ordens em curso (c)	22.394	29.044	-	-
Despesas antecipadas (d)	1.343	433	3.235	-
Outros	1.464	265	-	-
	<u>41.283</u>	<u>54.074</u>	<u>3.235</u>	<u>16.461</u>

- (a) **Adiantamentos a fornecedores** - Compreendem valores adiantados a fornecedores para a compra de combustível e para a compra de materiais para manutenção das usinas. Como não há previsão para geração no início de 2022, houve redução do montante.
- (b) **Cauções, fundos e depósitos vinculados** – Durante o exercício de 2021 ocorreu a quitação integral do empréstimo ora vigente junto ao BNB. Com isso, houve a liberação do valor em caução.
- (c) **Ordens em curso** - Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 20). No exercício de 2021 houve o encerramento de alguns projetos. A previsão da administração é que os projetos sejam concluídos no exercício de 2022.
- (d) **Despesas antecipadas** – Compreendem os valores antecipados a título de FEEF (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal) para obter liberação das parcelas de ressarcimento de ICMS, vide Nota Explicativa 10.

14 Imobilizado

	Edificações obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2019	<u>26.486</u>	<u>405.249</u>	<u>206</u>	<u>291</u>	<u>9.699</u>	<u>441.931</u>
Adições	-	-	-	-	1.501	1.501
Transferências	-	6.251	-	-	(6.251)	-
Depreciação	(5.297)	(82.399)	(43)	(58)	-	(87.797)
Saldo em 31/12/2020	<u>21.189</u>	<u>329.102</u>	<u>163</u>	<u>232</u>	<u>4.949</u>	<u>355.637</u>
Adições	-	-	344	-	1.114	1.458
Baixas	-	-	(270)	-	-	(270)
Depreciação	(5.297)	(82.642)	(43)	(58)	-	(88.040)
Baixa da depreciação	-	-	99	-	-	99
Saldo em 31/12/2021	<u>15.892</u>	<u>246.460</u>	<u>293</u>	<u>175</u>	<u>6.063</u>	<u>268.882</u>
Custo histórico	36.167	658.451	344	588	6.063	701.613
Depreciação acumulada	(20.275)	(411.991)	(51)	(413)	-	(432.731)
Taxa média de depreciação	14,65%	12,55%	30,00%	9,86%		

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de desvalorização dos ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Considerando o que predispõe o CPC 27 onde a vida útil de um ativo pode ser menor do que a sua vida econômica, a Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos Ativos à vida útil econômica do Empreendimento. A perspectiva do ajuste das taxas de Depreciação considerou aspectos mercadológicos, sendo: i) os últimos leilões de energia não contemplaram fontes de combustível à óleo, e ii) o tema predominante nas discussões regulatórias é acerca da renovação térmica à Gás Natural. Neste sentido, a Companhia realiza a depreciação dos ativos de modo que esteja completa na mesma data de encerramento da vida útil econômica do empreendimento, qual seja, em 31 de dezembro de 2024.

15 Intangível

A movimentação do intangível, composto apenas por *Softwares*, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Valor
Saldo em 31/12/2019	<u>12.547</u>
Adições	11
Amortização	(2.603)
Saldo em 31/12/2020	<u>9.955</u>
Amortização	(2.548)
Saldo em 31/12/2021	<u>7.407</u>
Custo histórico	33.636
Amortização acumulada	(26.229)

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

16 Fornecedores

	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	444	2.857
Encargos de uso da rede elétrica	1.993	1.527
Materiais e serviços	<u>23.754</u>	<u>2.892</u>
	<u>26.192</u>	<u>7.274</u>

Considerando a alta demanda de geração no final de 2021 e as necessidades de fluxo de caixas, foram realizadas compras de óleo combustível de forma parcela, gerando um maior saldo de materiais e serviços no final do exercício.

17 Empréstimos e financiamentos

	2021				2020			
	Encargos - circulante	Principal		Total	Encargos - circulante	Principal		Total
		Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante	
Mensuradas ao custo Moeda nacional BNDES / BNB - Investimento	134	16.318	26.603	43.055	210	35.373	80.750	116.333
	<u>134</u>	<u>16.318</u>	<u>26.603</u>	<u>43.055</u>	<u>210</u>	<u>35.373</u>	<u>80.750</u>	<u>116.333</u>

Mensuradas ao custo	31/12/2021	31/12/2020	Remuneração	Condições de amortização	Garantias
Moeda Nacional					
BNB	-	56.727	Pré fixado 10% a.a.	132 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança da CPFL Energia, recebíveis, penhor de direitos emergentes e fundo de liquidez em conta reserva
FINEM	<u>43.055</u>	<u>59.606</u>	TJLP + 1,82% a.a.	152 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo	43.055	116.333			

Não circulante

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

Vencimento	2021	2020
2021	-	-
2022	-	46.251
2023	16.318	10.878
2024 em diante	<u>10.284</u>	<u>23.621</u>
	<u>26.603</u>	<u>80.750</u>

Condições restritivas (Covenants)

Para o empréstimo junto ao BNDES - modalidade FINEM - há uma cláusula restritiva quanto à manutenção, pela Companhia, do índice de cobertura do serviço da dívida em 1,1 vez e do índice de capital próprio (patrimônio líquido dividido pelo ativo imobilizado) de, no mínimo, 25,3%, apurado anualmente.

Adicionalmente, é requerida anualmente da Garantidora CPFL Energia S.A. ou CPFL Energia, investidora indireta da Companhia, a manutenção dos seguintes índices financeiros:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75.
- Endividamento total dividido pelo Ativo Total, menor ou igual a 65%.

A definição de EBITDA, da CPFL Energia para fins de apuração de *covenants*, leva em consideração, principalmente, a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela CPFL Energia naquelas Companhias (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2021.

Abaixo a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	151.503
Encargos e atualizações monetárias e cambiais	10.527
Amortização de principal	(35.352)
Pagamento de juros	(10.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.333
Encargos e atualizações monetárias e cambiais	4.588
Amortização de principal	(73.482)
Pagamento de juros	(4.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.055

18 Taxas e contribuições

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	38	29
Programa de integração social – PIS	161	732
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	752	87
Outros	706	626
	1.657	1.474

19 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais

	2021		2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e Trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhista	-	14	69	17
Cíveis	50	-	-	-
Fiscais	750	-	750	-
Outros	-	-	-	6
	800	14	819	23

As movimentações das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	69	300	(155)	(214)	-
Cíveis	-	50	-	-	50
Fiscais	750	-	-	-	750
	819	350	(155)	(214)	800

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	449	543	-	(932)	69
Fiscais	750	-	-	-	750
	1199	543	-	(923)	819

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia.

- **Perdas possíveis** - A Companhia tem outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para estes. Essas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre estas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis da Companhia estão assim representadas: i) trabalhistas R\$ 460 (R\$ 1.020 em 31 de dezembro de 2020), ii) cíveis R\$ 987 (R\$ 3.942 em 31 de dezembro de 2020), iii) fiscais R\$ 0 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2020).

20 Outras contas a pagar

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	2021	2020	2021	2020
Consumidores e concessionárias (a)	190	797	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (b)	26.888	33.515	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	306	322	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	153	161	220	220
Folha de pagamento	255	181	-	-
Participação nos lucros	2.258	2.058	-	-
Outros	837	464	-	-
	30.887	37.498	220	220

- (a) **Consumidores e concessionárias** - Refere-se, basicamente, à obrigação de ressarcimento às distribuidoras por conta da insuficiência na geração de energia elétrica.
- (b) **Programas de pesquisa e desenvolvimento** - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

21 Débitos fiscais diferidos

21.1 Composição dos débitos fiscais

	2021	2020
Crédito (débito) de contribuição social		
Bases negativas	(8.101)	(8.252)
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>30.522</u>	<u>37.612</u>
Subtotal	22.421	29.360
Crédito (débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	(12.282)	(20.758)
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>84.718</u>	<u>104.413</u>
Subtotal	<u>72.436</u>	<u>83.655</u>
	<u>94.857</u>	<u>113.015</u>

O diferido é composto pela parcela diferida das provisões e reversões de: contingências, participação nos lucros e resultados dos colaboradores, perda por redução ao valor recuperável do contas a receber, depreciação acelerada e prejuízo fiscal de exercícios anteriores.

21.2 Reconciliação dos montantes da contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2021 e 2020

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	152.385	152.385	107.782	107.782
Alíquotas fiscais	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais combinadas	38.096	13.715	26.922	9.700
Adições temporárias e permanentes:	36.216	34.144	8.660	4.076
Exclusões temporárias e permanentes	(21.929)	(21.929)	(38.815)	(38.815)
Base de Cálculo Antes da Compensação	166.672	164.600	77.627	73.043
Compensação de 30% prejuízos fiscais	-	-	(7.332)	-
Base de cálculo após compensação	166.672	164.600	70.295	-
Imposto de renda devido	25.001	-	10.544	-
Adicional de 10% cálculo do imposto de renda	16.643	-	7.006	-
Isenção do incentivo do PAT	(203)	-	(175)	-
Efeito do lucro da exploração	(30.004)	-	(20.675)	-
Contribuição social devida	-	14.814	-	6.574
Outras estimativas e compensações	-	-	3.300	1.857
IRPJ/CSLL Diferido	<u>(5.572)</u>	<u>(2.056)</u>	<u>10.650</u>	<u>3.174</u>
Imposto de Renda e Contribuição no Resultado	<u>(5.864)</u>	<u>(12.757)</u>	<u>(10.650)</u>	<u>(11.605)</u>
Alíquota efetiva	<u>4%</u>	<u>8%</u>	<u>10%</u>	<u>9%</u>

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$ 221.413, correspondente a 282.961.745 ações ordinárias, conforme quadro abaixo:

Acionistas	Ações	Participação - %
CPFL Geração de Energia S/A	150.941.659	53,343
EBrasil Gás e Energia S/A	117.892.408	41,664
Aruanã Energia S/A	6.960.800	2,460
OZ&M Incorporação, Participação Ltda.	<u>7.166.878</u>	<u>2,533</u>
Total	<u><u>282.961.745</u></u>	<u><u>100,000</u></u>

b. Destinação do lucro líquido do exercício

Ao final de cada exercício social, o lucro terá as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido do exercício, estipulado de acordo com o artigo 202 da lei das sociedades anônimas, para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório.
- O saldo será destinado conforme deliberação da assembleia geral.

Para os exercícios de 2021 e 2020, a Administração da Companhia propôs que os lucros dos exercícios nos montantes de R\$ 133.765 e R\$ 85.527, respectivamente, fossem destinados da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	133.765	85.527
(-) Constituição de reserva legal	(2.820)	(4.276)
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro de exploração (vide nota 23.c)	<u>(28.304)</u>	<u>(20.675)</u>
(=) Base total dos dividendos	<u>102.641</u>	<u>60.576</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>25.660</u>	<u>15.144</u>
Dividendos antecipadamente distribuídos (1º semestre)	41.048	49.372
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	<u>35.933</u>	<u>11.204</u>
Total - Base de dividendos	<u>102.641</u>	<u>60.576</u>

Ainda no exercício de 2021, foi distribuído o montante de R\$ 41.048 (R\$ 0,15 por ação) (R\$ 49.372 em 2020 (R\$ 0,17 por ação)) referente a proposta de antecipação de dividendos do próprio exercício de 2021 com base no resultado auferido no semestre encerrado em 30 de junho de 2021.

A título de distribuição de dividendos de exercício anterior, foi distribuído o montante de R\$ 11.204 (R\$ 45.868 em 2020). Houve constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais futuros no montante de R\$ 61.593 (R\$ 11.204 em 2020), os quais foram propostos pelo conselho de administração. Os mesmos não foram reconhecidos como passivos.

c. Reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ apurado com base no lucro da exploração, suportada pelo Laudo Constitutivo nº 0337/2018, expedido pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento.

Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

23 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de operações com energia elétrica		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	1.505.599	435.851
Energia elétrica de curto prazo	21.361	16.807
Total da receita operacional bruta	1.526.961	452.658
Deduções da receita operacional		
PIS	(25.195)	(7.469)
COFINS	(116.049)	(34.402)
Programa de P&D e eficiência energética	(13.720)	(4.067)
Taxa de fiscalização	(1.121)	(1.046)
	(156.086)	(46.984)
Receita operacional líquida	1.370.875	405.674

O principal fator para variação na receita foi o aumento da receita de geração. A Companhia teve um despacho médio de 46% da capacidade instalada em 2021 (8% em 2020), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o sistema elétrico.

O total de receita fixa recebida em 2021 foi R\$ 295.953 (R\$ 281.644 em 2020). O total de receita variável em 2021 foi R\$ 1.231.008 (R\$ 171.014 em 2020).

24 Custo com energia elétrica

	2021	2020
Energia comprada para revenda		
Energia adquirida de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	(21.385)	(17.647)
(-) Crédito de PIS e COFINS	1.978	1.632
Subtotal	(19.407)	(16.015)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos da rede básica	(20.601)	(16.347)
Encargos de conexão	(669)	(536)
(-) Crédito de PIS e COFINS	1.967	1.562
Subtotal	(19.302)	(15.321)
Total custo de energia elétrica	(38.709)	(31.335)

Atualmente, a compra de energia é necessária, principalmente, para suprir as perdas inerente ao processo produtivo e assim atender a demanda, procedimento muito comum no setor elétrico.

25 Custos e despesas operacionais

	Custo de operação		PECLD		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(13.669)	(12.829)	-	-	(7.635)	(7.266)	-	-	(21.304)	(20.095)
Material	(1.046.422)	(137.870)	-	-	(2.238)	(1.998)	-	-	(1.048.660)	(139.868)
Serviços de terceiros	(12.826)	(9.071)	-	-	(484)	(492)	-	-	(13.310)	(9.563)
Depreciação e amortização	(88.810)	(88.578)	-	-	(1.805)	(1.822)	-	-	(90.615)	(90.400)
Taxa de Arrecadação	-	-	-	-	-	-	(211)	(193)	(211)	(193)
Provisão para perdas do contas a receber	-	-	33	(62)	-	-	-	-	33	(62)
Aluguéis	(65)	(64)	-	-	-	-	-	-	(65)	(64)
Publicidade e propaganda	(1)	-	-	-	(23)	(79)	-	-	(24)	(79)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(355)	21	-	-	(355)	21
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros ativos não circulantes	-	-	-	-	-	-	(347)	54	(347)	54
Outros	(1.948)	(2.412)	-	-	(349)	(203)	-	-	(2.297)	(2.615)
Total	(1.163.741)	(250.824)	33	(62)	(12.889)	(11.839)	(558)	(139)	(1.177.155)	(262.864)

A variação na rubrica de Material consiste no maior volume de compras de matéria prima face ao maior nível de geração do exercício de 2021 frente ao de 2020.

26 Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	3.388	4.027
Acréscimos e multas moratórias	-	1
Atualização de créditos fiscais	120	91
Atualizações monetárias e cambiais	5	3.281
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(148)	(345)
Outros	83	13
	3.448	7.068
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(4.588)	(10.347)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.432)	(182)
Outros	(52)	(232)
	(6.073)	(10.761)
Resultado financeiro	(2.625)	(3.693)

27 Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como um dos acionistas a CPFL Geração de Energia S.A. e é indiretamente controlada em conjunto, na proporção de 53,34% (53,34% em 31 de dezembro de 2020) pela CPFL Energia S.A.

Os demais acionistas que representam 46,66% (46,66% em 31 de dezembro de 2020) são:

- (i) **EBRASIL Gás e Energia S.A.**
A EBRASIL Gás e Energia S.A. (“EGÁS”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em João Pessoa - Paraíba, constituída em 23 de Maio de 2014 com o objetivo de participar de outras sociedades.
- (ii) **Aruanã Energia S.A.**
A Aruanã Energia S.A. tem por objeto a exploração de qualquer gênero de serviços, comércio e indústria, especialmente os seguintes: Geração, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica em caráter permanente, na modalidade de produção independente; o desenvolvimento de estudos e projetos para construção, operação e geração de unidades voltadas à produção de energia elétrica no território nacional e no exterior; consultoria e assessoria de negócios relativos ao setor de energia, importação e exportação de equipamentos industriais; locação de equipamentos de geração de energia elétrica e de outros equipamentos industriais; atuação individual e participação em parceria com o setor público ou privado na elaboração de estudos e projetos nas áreas de petróleo e gás de energia; exploração de campos petrolíferos e de gás natural, na plataforma continental e no mar; desenvolvimento das atividades de comercialização e distribuição de equipamentos industriais, incluindo grupos geradores, componentes de grupos geradores, peças e painéis elétricos, bem como a representação comercial dos mesmos produtos; prestação de serviços na operação e manutenção de equipamentos industriais, incluindo grupos geradores, painéis elétricos e outros equipamentos; fabricação e comercialização de bicicletas, triciclos não-motorizados, peças e acessórios; e quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais. A Companhia é controlada pela América Consulting Ltda., representada por Robert McKinnon, Karla McKinnon e Brian Brewer.

(iii) OZ&M Incorporação, Participação Ltda.

A Empresa tem como objeto as atividades de construção civil em geral; elaboração e execução de projetos e cálculos de engenharia, projetos e serviços de instalações elétricas, hidro-sanitárias e telefônicas; incorporação e comercialização de imóveis próprios; comércio, representações e locação de materiais e equipamentos ligados às suas atividades industriais; prestação de serviços técnicos e locação de mão-de-obra especializada. A Companhia é controlada por Marcos Vital Naves de Alcântara e Bruno Santos Oliveira.

Foram consideradas como partes relacionadas as transações com os acionistas e Companhias do Grupo CPFL Energia, e em 2020 não houve transações com os demais acionistas citados acima. Os saldos e as transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados no quadro abaixo.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- **Venda de energia** - Refere-se basicamente à venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas preestabelecidas pela Administração da Companhia.
- **Prestação de serviços** - Refere-se a serviços de apoio administrativo, tecnologia de informação e recursos humanos.
- **Remuneração do pessoal chave** - A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2021, conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - 05 (R1), foi de R\$ 4.476 (R\$ 4.149 em 2020). Este valor é composto por R\$ 4.286 (R\$ 3.969 em 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 190 (R\$ 180 em 2020) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

27.1 Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa

Empresas	Despesas	
	2021	2020
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	(18)	(4)
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil Ltda.	(4)	(1)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A	(484)	(105)
Canarana Transmissoras de Energia S.A	(48)	(10)
Catxerê Transmissora de Energia S.A.	(45)	(10)
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(95)	(18)
Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A.	(38)	(7)
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A	(75)	(16)
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(21)	(4)
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	(170)	(40)
Linhas de Transmissão de Montes Claros S/A.	(29)	(6)
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	(38)	(8)
Luiziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	(3)	(1)
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	(4)	(1)
Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A	(164)	(36)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	(112)	(25)
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia	(303)	(64)
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	(31)	(7)
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A	(85)	(19)
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A	(28)	(6)

	Despesas	
Empresas	2021	2020
Serra de Mesa Transmissora de Energia S.A	(103)	(22)
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	(28)	(6)
Xingu Rio Transmissora de energia S.A	(977)	(212)
	Receitas	
Empresas	2021	2020
Companhia Jaguari de Energia	1.739	503
Companhia Paulista de Força e Luz	156.162	45.207
Companhia Piratininga de Força e Luz	120.626	34.920
RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	13.460	3.897

28 Seguros

Descrição	Ramo da apólice	2021	2020
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	549.677	546.783
Automóveis	Cobertura compreensiva	1.530	1.530
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica, vidas em grupo e acidentes	25.000	25.000
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	-	155.287
		576.207	728.600

29 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			2021		2020	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(2)	Nível 2 (**)	165.040	165.040	104.598	104.598
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1)	Nível 1	149.197	149.197	114.297	114.297
Outros créditos	(1)	Nível 1	44.518	44.518	70.535	70.535
			358.755	358.755	289.430	289.430
Passivo						
Fornecedores	(1)	Nível 1	26.192	26.192	7.274	7.274
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	(2)	Nível 2 (**)	43.055	40.520	116.333	102.604
Outras contas a pagar	(1)	Nível 1	31.107	31.107	37.718	37.718
			100.353	100.353	161.325	147.596

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com CPC 40 (R1).

Mensuração:

(1) - Mensurado ao valor justo; e (2) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são:

- **Ativos financeiros:** O caixa e os equivalentes de caixa, a conta de consumidores, concessionárias e permissionárias e outros créditos são ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não existe divergência entre valores contábeis e valor justo.
- **Passivos financeiros:** Empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar são classificados como outros passivos financeiros e não há divergência relevante entre valores contábeis e valor justo.

a. Hierarquia para valorização dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

b. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de juros, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

- (i) Com o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 seja mantido; e
- (ii) Com os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 9,25% a.a. - TJLP 5,32% a.a.).

Os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para o próximo exercício social seria uma receita financeira líquida de R\$ 12.976 (receita de CDI de R\$ 15.266 e despesa de TJLP de R\$ 2.291). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor do resultado financeiro líquido seria impactado da seguinte maneira:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	165.040		15.266	19.083	22.899
	165.040	Baixa CDI	15.266	19.083	22.899
Instrumentos financeiros passivos	(43.055)		(2.291)	(2.863)	(3.436)
	(43.055)	Alta TJLP	(2.291)	(2.863)	(3.426)
Total	121.985		12.976	16.220	19.473

Efeitos no resultado abrangente acumulado

Efeitos no resultado do período

- (a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

c. **Análise de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2021	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	16	25.817	375	-	-	-	-	26.192
Empréstimos e financiamentos – principal e encargos	17	1.360	2.720	12.239	26.737	-	-	43.055
Outros EPE / FNDCT / PROCEL		459	-	-	-	-	-	459
Total		27.636	3.095	12.239	26.737	-	-	69.706

31/12/2020	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	16	112	30	63	581	-	-	796
Empréstimos e financiamentos – principal e encargos	17	3.678	11.010	28.362	88.950	-	-	132.000
Outros EPE / FNDCT / PROCEL		473	1.419	3.784	17.028	-	-	22.704
Total		4.263	12.459	32.209	106.559	-	-	155.490

30 **Gestão de riscos**

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seus Conselhos Fiscal e de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

- **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures.
- **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

- **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

31 Compromissos assumidos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra são como segue:

Obrigações Contratuais em 31/12/2021	Menos de 1 ano	1-3 Anos	4-5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	17.418	24.034	-	-	41.453
Encargos de Transmissão e Distribuição	<u>26.298</u>	<u>52.596</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.894</u>
Total	<u><u>43.716</u></u>	<u><u>76.630</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>120.346</u></u>

Obrigações Contratuais em 31/12/2020	Duração	Menos de 1 ano	1-3 Anos	4-5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços		2.445	5.172	2.743	-	10.360
Encargos de Transmissão e Distribuição		<u>17.167</u>	<u>34.334</u>	<u>17.167</u>	<u>-</u>	<u>68.668</u>
Total		<u><u>19.611</u></u>	<u><u>39.506</u></u>	<u><u>19.910</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>79.028</u></u>

* * *

José Ferreira Abdal Neto
Diretor Presidente

Ricardo Idê Kintschner
Diretor Financeiro

Renato Barros Pinheiro
Contador
CRC PB-012257/O-5